



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7449 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

TRINCHEIRAS DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOCENTE NA REDE PÚBLICA DO BRASIL

Maria do Socorro Sales Felipe Bezerra - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Maria Dilméia Espíndola Fernandes - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Ana Rita Lara de Oliveira - UFMS/Campus de Campo Grande - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

TRINCHEIRAS DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOCENTE NA REDE PÚBLICA DO BRASIL

Este estudo busca delinear a configuração da política de remuneração docente de educação básica no Brasil por meio do cenário das produções acadêmicas produzidas entre 2008 a 2020. O trabalho integra as discussões parciais referentes aos estudos sobre a remuneração docente desenvolvidas no âmbito do curso de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

A seleção temporal das fontes limita-se à aprovação da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008 – Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN). Parte da premissa de que a política do Piso atravessa uma nova fase, que coloca sob prova o processo de implementação da Lei, levando em conta as condições específicas dos estados e municípios.

Foram selecionados trabalhos acadêmicos a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da Plataforma Sucupira da Capes. Ao todo foram 67 estudos acadêmicos relativos à temática “Remuneração Docente”, com foco específico para o Piso do professor de Educação Básica. Alguns destes são destacados neste artigo.

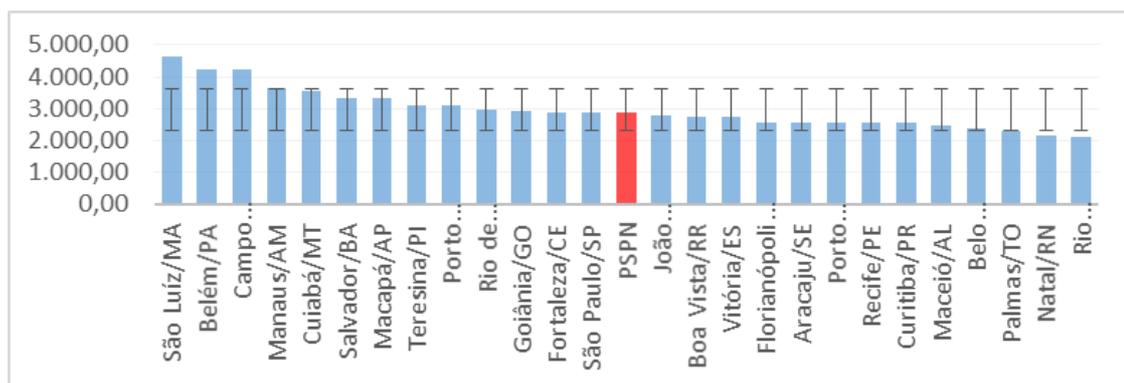
Dentre outras questões, o fato dos estudos se concentrarem após 2014 é devido à espera pela decisão judicial submetida ao Supremo Tribunal Federal (STF) em 2011 (Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) – nº 4167), alegando impossibilidade de cumprimento da Lei do Piso. Após a decisão, os sindicatos e governos locais se organizaram para elaborar medidas para os ajustes garantidos em Lei.

A primeira observação no campo teórico mostra que o PSPN se constituiu de modo diversificado e heterogêneo, sendo muitas vezes objeto de conflito, reduzindo-se a uma definição que se distancia do seu objetivo oficial, passando a de um instrumento propulsor das políticas de valorização docente para se constituir um instrumento político vulnerável às condições financeiras do Estado. Deste modo, o piso aparece como empecilho, que atrapalha o controle das contas pública, e, portanto, o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e dos PCCRs locais.

O desvendamento das questões fiscais constitui um importante debate nestes tempos de crise, se tornando o principal gargalo para o financiamento e efetivação das políticas educacionais. Neste sentido, Alves (2017) destaca que a efetividade dos impostos depende do saneamento dos fundos contábeis, cujo o pagamento para o funcionalismo público está vinculado, mas que qualquer desequilíbrio, os cortes ocorrem na remuneração do funcionalismo. Portanto, o desequilíbrio das contas públicas afeta a política de remuneração docente, comprometendo o caráter social da remuneração docente (SENNÁ, 2014).

A análise preliminar do ranking dos salários iniciais das capitais brasileiras vigente em janeiro de 2020, mostra extremos bastante opostos. O Gráfico I a seguir, traz o panorama da disposição da remuneração inicial com os valores definidos pelos diários oficiais locais para vigência em 2020:

Gráfico I – Salários Iniciais Docentes das Capitais Brasileiras - 2020



Fonte: Pesquisa própria realizada nos sindicatos e secretarias correspondentes.

A distribuição dos recursos do Fundeb implica diretamente à arrecadação de impostos. Obviamente, menor arrecadação, menor porcentagem de recursos na fase primária da distribuição, mas isso não implica que o estado está pagando bem ou mal aos seus professores. Exemplo desta questão: o Maranhão, cujo Piso em 2018 foi de R\$ 5.750,00, com repasse para o MDE/anual de R\$ 2.137.364,84 com número de docente de aproximadamente 85 mil, enquanto São Paulo com MDE/anual de R\$ 62.667.128,79 e Piso estadual de R\$ 2.233,01 com aproximadamente 340 mil docentes nas redes públicas. (BRASIL, 2020). Outros índices podem ajudar a comprovar estas observações, como o Desenvolvimento Humano (IDH) e o segundo Produto Interno Bruto (PIB). Ao constatar que os estados das regiões Sul e Sudeste (maiores PIBs) não ocupam as melhores colocações no ranking nacional, desmonta-se a tese de que as condições financeiras sejam decisivas para as políticas de valorização docente, o que sinaliza uma política sem concepção de Estado, e sim de governo.

A incorporação de gratificações aos salários até 2014, considerado uma manobra, teve peso considerável aos vencimentos, porém, o uso excessivo acabou maquiando o cumprimento dos pisos locais. Teoricamente, os estados e municípios não tinham condições de arcar com o nivelamento inicial, o que acabou paralisando os efeitos da lei nos primeiros

cinco anos do PSPN (SOUZA, 2016). Estas manobras resultaram nas negociações entre os professores/Estado/sindicatos entre 2009 e 2014, que instituiu acordos para o cumprimento do PSPN. Segundo Camargo (2015), este movimento contribuiu elaboração dos novos PCCRs, que incluiu sistemas de bonificação e/ou adicionais de gratificações criados objetivamente para escamotear os valores das remunerações.

Sobre a atratividade da carreira, Godoy (2014) e Alves (2017) mostram que os professores, mesmo com salários melhores não prosseguem na carreira, não sendo, pois, necessariamente, o salário o fator decisivo para a atratividade na carreira naquele cenário investigado.

A jornada de trabalho tem propiciado a fragmentação da carreira ao não garantir a jornada única, uma vez que o professor acumula cargos ou funções duplas ou triplas jornadas, o que acaba tendo que buscar outras alternativas, como assumir outro turno para a melhoria do salário (DELMONDES, 2013). Por outro lado, Camargo, Alves e Bollmann (2018) observaram que se paga mais a menos professores do ensino médio no final da carreira, sendo que estes só chegam ao final da carreira com vinte anos de trabalho, em média.

Cirilo (2012) sobre MG, Soares (2016) sobre PI, Thomazini (2016) sobre SP, Miura (2019) sobre MS e B. Nascimento (2019) sobre RO identificaram o fenômeno “achatamento salarial”, que ocorre quando os percentuais relativos aos vencimentos e às gratificações do nível inicial da carreira, tendem a se estreitar ao longo da trajetória do tempo de serviço, de maneira que os reajustes da remuneração dos recém-ingressos são maiores que os professores no final da carreira. Isto é notável nas tabelas de vencimento a partir de 2015, mas que já foi identificado entre as décadas de 1970 a 1980 (FERNANDES, 2014).

França e Castro (2018) mostram que o piso pode ter duplo sentido, além da valorização, ser um inibidor de aumentos atrelado ao teto, o que a longo prazo, pode causar o “achatamento salarial”, forçando todos os vencimentos a se aproximarem do piso. É o exemplo que cita Barbosa (2014) em que os docentes do Paraná com 10 a 15 anos de tempo de serviço acabam chegando aposentadoria sem chegar ao nível máximo.

Ao introduzir a política do piso, o Estado tenta ajusta-la às condições orçamentárias e financeiras, usando medidas compensatórias ou manobras, buscando superar uma condição historicamente constituída, cheia de vícios institucionais e muito dependente do modelo de Estado. O salário docente não se concretizou uniformemente em todo país, constituindo um cenário diversificado e heterogêneo, e muitas vezes conflituoso, reduzindo-se à um instrumento legal indutor das políticas de valorização.

A partir destas questões, entende-se que a política de remuneração decente perpassa novas configurações, considerando o atual período de austeridade fiscal, que refletem novas trincheiras para a política de remuneração docente, desafio que vai se concretizando na história da educação brasileira.

Palavras-chave: Brasil. Política Educacional. Remuneração Docente.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. K. R. de. Desafios da Valorização dos Professores da Educação Básica da Rede Pública Estadual de Ensino do Rio Grande do Norte: carreira e remuneração (2009-2015). Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, 2017.

BARBOSA, J. L. O Vencimento e a Remuneração do Magistério Público Municipal de

Natal/RN: repercussões da implementação do Fundeb (2017-2010). **Dissertação** (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014.

B. NASCIMENTO, A. (Des)Feitos e (D)Efeitos na Composição Remuneratória de Docentes da Rede Estadual de Educação Básica de Rondônia no Contexto das Políticas do Fundeb e PSPN (2006 a 2016). Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2019.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Senado Federal. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2020.

_____. **Transferências Constitucionais**. Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, Brasília, 2020. Disponível em: <<http://sisweb.tesouro.gov.br/>>. Acesso em: 09 fev 2020a.

CAMARGO, R. B.; ALVES, T.; BOLLMANN, M. da G. Dinâmica dos Vencimentos e da Remuneração Docente nas Redes Estaduais no Contexto do Fundeb e do PSPN. **RBP**, v. 34, n. 2, p. 413-435, mai./ago. 2018.

CIRILO, P. R. As Políticas de Valorização Docente no Estado de Minas Gerais. **Dissertação** (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2012.

DELMONDES, A. G. O Vencimento Salarial dos Professores da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul (2006-2013). **Dissertação** (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2013.

FERNANDES, S. J. A Gestão dos Fundos Contábeis para o Financiamento do Ensino no Município de Campo Grande. **Tese** (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2013.

FRANÇA, M.; CASTRO, A. M. D. A. Matrículas, Funções Docentes e Recursos nos Vencimentos dos Professores da Rede Estadual de Ensino do RN (2007-2014). In. OLIVEIRA, J. F. [Org.]. **Políticas e Práticas de Formação dos Docentes, Dirigentes Escolares**. Série Anais do VI Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, IX Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE, 2018.

GODOY, M. Vencimento, Remuneração e Carreira Docente no Estado do Paraná (2005-2012). **Dissertação** (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba/PR, 2014.

MEDEIROS, G. A Valorização do Professor do Ensino Médio em Santa Catarina e Minas Gerais, limites e possibilidades. **Dissertação** (Mestrado), Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão/SC, 2014.

MIURA, B. H. A Valorização Docente no Contexto do Planejamento Educacional: um estudo sobre o caso do estado de Mato Grosso Do Sul. **Dissertação** (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2019.

OLIVEIRA, C. DA S. DE. A Valorização do Professor do Ensino Médio nos Estados de Santa Catarina e Paraná: entraves, desafios, possibilidades. **Dissertação** (Mestrado), Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Universidade do Sul de Santa Catarina,

Tubarão/SC, 2015.

SENNA, R. J. A Política de Remuneração Docente e Valorização do Magistério no Município de Campo Grande (MS): impactos da implantação do FUNDEB (2017-2012). **Tese** (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2014

SOARES, M. G. F. Remuneração e Carreira dos Professores da Educação Básica: o impacto da lei do piso na rede estadual do Piauí. **Dissertação** (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, 2016.

SOUZA, F. A. de. A Remuneração dos Professores da Rede Pública do Estado do Rio de Janeiro (1995-2014). **Tese** (Doutorado), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2016.

THOMAZINI, L. Carreira e Vencimento de Professores da Educação Básica no Estado de São Paulo. **Dissertação** (Mestrado), Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.